



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberto o 7º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – (...) e às políticas de acesso aos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, com a presença dos seguintes convidados, os quais convido para compor a Mesa: Sr. Lúcio Brunale, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia da Embrapa; Sr. Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Sr. Lúcio Valadão, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal; Sr. José Guilherme Tollstadius Leal, Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater... Estamos aguardando o Sr. Leomar Cenci, que parece ainda não chegou, e também o Deputado Distrital Joe Valle.

Eu quero cumprimentar todos os nossos convidados, os organizadores da Agrobrasília, e dizer que é uma imensa alegria para todos nós podermos estar aqui fazendo esta audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado nessa grande exposição, nessa feira, que já é uma das feiras tecnológicas mais importantes da região, com impacto em toda a região Centro-Oeste, com grandes espaços de negócios de equipamentos agrícolas da nossa região.

Começo afirmando um dado – que tenho repetido –, trazido pelo Presidente da Embrapa num debate sobre Código Florestal, que mostra que, nos últimos trinta anos, o Brasil aumentou em torno de 48% o nosso território agrícola, mas aumentamos a nossa produção em mais de 260%. Isso demonstra que a inovação tecnológica, o investimento em conhecimento e novas tecnologias é a forma mais inteligente de ampliarmos a nossa produção de alimentos, a nossa produção de energia, mostrando que o Brasil tem tudo para continuar sendo e ser cada vez mais uma potência na produção de alimentos, uma potência energética, mas também uma potência ambiental.

Então, o objetivo da nossa reunião de hoje é saber como podemos fazer com que essas tecnologias desenvolvidas nas instituições de pesquisa do Brasil, nas universidades, nos institutos de pesquisa, na Embrapa podem chegar aos produtores rurais, especialmente aos pequenos produtores rurais, aos médios produtores, a todos os produtores rurais, aumentando ainda mais a produtividade da nossa agricultura.

Portanto, é com muita alegria que passo a palavra, neste momento, para sua exposição, ao Dr. Lúcio Brunale, Chefe do Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa.



O SR. LÚCIO BRUNALE – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Boa tarde a todos.

Eu, primeiramente, gostaria de aproveitar a oportunidade e agradecer, em nome do Senador Rollemberg, o convite feito pelo Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão, agradecer o apoio que o Senado tem dado à Embrapa, obviamente dando à Embrapa e a todos os parceiros que atuam em conjunto com a Empresa.

Eu gostaria de cumprimentar o Dr. Lúcio Valadão, Secretário de Estado de Agricultura do Distrito Federal; o Sr. José Guilherme, Presidente da Emater, e dizer que vou restringir minha fala ao aspecto da comunicação para transferência de tecnologia. Não sei quanto tempo a gente tem, mas, de qualquer forma, quero trazer aqui alguns pontos que são importantes.

Não sei se todos aqui... Muitos ainda não tinham nascido quando a Embrapa foi criada, como o Lúcio colocou, mas, de qualquer forma, quando a Embrapa foi estabelecida, quando ela foi criada, em 1973, ela foi criada dentro de um sistema integrado em que o papel da extensão rural, o papel das empresas estaduais, o papel do pequeno, do médio e do grande produtor estava todo dentro de um contexto. Cada um desses segmentos tinha sua atuação.

Então, nós tínhamos um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária muito integrado com o Sistema Nacional de Extensão Rural e Assistência Técnica e muito integrado com as demandas do diagnóstico feito à época para atendimento das demandas que foram colocadas.

Então, a Embrapa, num primeiro momento, até 1991, veio atuando dentro de um sistema em que nós tínhamos papéis muito bem definidos, estabelecidos e ordenados, em que nós tínhamos uma instituição desenvolvendo tecnologia, capacitando formadores, com o Sistema Embrater de extensão funcionando e os produtores muito bem integrados dentro desse processo.

A partir de 1991, mais ou menos a data em que se acabou com o sistema de extensão rural, basicamente, ficando alguns Estados que entendiam que isso era importante, as Oepas também foram diminuindo. Nós tínhamos 27 Oepas quando criadas e hoje temos 17 Oepas, que são as empresas estaduais de pesquisa agropecuária. A Embrapa, especificamente, continuou exercendo o seu papel, mas com muito mais dificuldade do que tinha antes. Ou seja, ela continuou desenvolvendo suas tecnologias e precisou, naquele determinado momento, rever o seu processo de comunicação para transferência de tecnologia.

Por um lado, isso não foi muito bom, porque nós perdemos muito o contato com a ponta na parte da extensão, mas, por outro lado, obrigou-nos a criar uma competência interna e rever o nosso sistema de comunicação para transferência de tecnologia.



Foi quando foi criado um sistema nacional de produção da informação e, a partir dali, nós começamos a envolver os técnicos da instituição num processo de definir e qualificar a informação gerada, porque nós tínhamos, antes, uma preocupação de desenvolver as tecnologias, e essas tecnologias encaminhadas para o sistema de extensão, e o sistema de extensão, que tinha os técnicos competentes, estava, a partir daí, decodificando essa linguagem e transferindo para o produtor.

O caso da Embrapa, a partir dessa data, então, ela começou a trabalhar num processo de qualificação de informação, e a qualificação de informação começou, os pesquisadores começaram a produzir artigos, e nós tínhamos uma equipe pronta para trabalhar na qualificação da informação. O que significa isso? Qualificar a informação significa transformar aquela informação que é científica para uma linguagem que todos os segmentos do agronegócio, do médio, pequeno, do grande produtores, todos pudessem acessar essas informações. Aí nós criamos a Coleção Plantar, a Videoteca Rural, programas de televisão, programas de rádio, minibibliotecas. Ou seja, nós começamos a trabalhar num processo em que as informações começaram a ser qualificadas, e os nossos técnicos começaram, então, a se preparar melhor para, em algum momento, começar a buscar a transferência dessa tecnologia.

Muito recentemente, nos últimos seis anos, dez anos mais ou menos, a Embrapa percebeu que não tinha condições de trabalhar dessa forma e tinha que buscar novamente um apoio e fortalecer as ações de parceria com as instituições estaduais e com as Ematers e com as instituições de extensão privada. E aí essa é hoje a filosofia que a Embrapa hoje adota em relação a transferir o conhecimento.

Ou seja, a Embrapa tem uma responsabilidade que é de alguma forma trabalhar na capacitação de multiplicadores, trabalhar nas parcerias com as Ematers, com todas as Ematers de Estados, com todas as instituições estaduais, se associar ao Congresso, ao Senado, à Câmara; trabalhar com os projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Integração, do Ministério de Desenvolvimento Social. Ou seja, trabalhar com todos os segmentos e ser um braço da tecnologia, para que todos esses segmentos consigam realmente atingir os seus objetivos e juntos fazer chegar as informações aos produtores em todos os seus segmentos.

Então, eu acredito que é importante, dentro desse contexto, informar que a Embrapa está preparada, está com seus técnicos todos trabalhando nesse sentido para que gente consiga, de uma certa forma, integrar esforços e atender a essa demanda que é muito grande da agricultura familiar, dos pequenos, médios e grandes produtores.

Num primeiro momento, eu estaria colocando isso. Depois, nós poderíamos trabalhar no detalhamento dessa linha.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Dr. Lúcio Brunale, Chefe do Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa e passo, agora, a palavra ao Secretário de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Lucio Valadão.

O SR. LÚCIO VALADÃO – Boa tarde a todos e a todas.

Caro senador Rodrigo Rollemberg, Lúcio Brunale, José Guilherme, Presidente da Emater, a minha fala também vai ser breve a respeito da questão da assistência técnica e extensão rural, até porque o assunto é complexo, e tem passado por diversas etapas e fases nos últimos anos a forma como é tratada a assistência técnica e extensão rural pelo setor público federal e também bastante diversificada no que diz respeito aos poderes públicos estaduais, que tratam de forma bastante diferente cada entidade de assistência técnica e extensão rural.

O País, como bem disse o Lúcio, lembrando praticamente a extinção do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural em 1991, com a extinção da Embrater, praticamente perdeu, de lá para cá, durante um bom tempo, perdeu o rumo de como esses serviços deveriam ser tratados e de como esses serviços deveriam ser produzidos para a sociedade e para os agricultores, especialmente os agricultores familiares, que a gente acredita que devam ser realmente o foco da ação da assistência técnica e extensão rural oficial.

De lá para cá, tivemos vários momentos. Deixou de haver uma coordenação efetiva nacional do sistema de assistência e extensão rural, o que só veio voltar a ocorrer com a criação, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A partir daí, sim, a gente vê que uma assistência técnica e uma extensão rural pública, com foco de público, priorizando ou atendendo de forma exclusiva ao segmento da agricultura familiar, foi retomado o nível de coordenação no nível nacional. Então, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA ampliou muito a aplicação dos recursos que era feita nos serviços de assistência técnica e extensão rural do País e possibilitou que diversas políticas públicas alcançassem um grande sucesso junto ao segmento da agricultura familiar.

Não poderia deixar de mencionar, dentro dessas políticas, o Pronaf, especialmente em suas diferentes linhas, em suas diferentes aplicações, especialmente o Pronaf Mais Alimentos, que talvez seja uma das mais efetivas políticas públicas deste País e que está realmente fazendo uma grande transformação na agricultura familiar. Sem assistência técnica e sem extensão rural, isso não seria possível.

E os recursos aplicados multiplicaram-se várias vezes e, hoje, nós temos mais de R\$500 milhões por ano aplicados em assistência técnica e



extensão rural diretamente pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. Porém, o que a gente acredita é que houve uma evolução muito grande nesse processo com a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural, aprovada e sancionada no ano passado, que mudou a forma de fazer o relacionamento dos organismos federais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com as entidades de assistência técnica e extensão rural. Esse relacionamento, que era feito muito calcado na realização de convênios, mudou; e hoje a forma de relacionamento e de repasse de recursos é feito por meio de contratos.

Então, a SAF, que é a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, lança alguns editais, e, nesses editais, existem todos os procedimentos para que as entidades possam pleitear ou concorrer à participação nesses recursos. E, após a seleção pública, é feito um contrato para que a entidade faça prestação de serviço de assistência técnica.

A gente acha que isso foi um grande avanço. Consolidou a questão da assistência técnica e extensão rural especialmente pública, que tem preferência nesses editais, e vai trazer uma normalidade um pouco maior em relação à aplicação desses recursos, uma vez que a realização de convênios, com as suas prestações de contas de execução física e financeira, mostrava-se extremante trabalhosa e sujeita a diversos acidentes de percurso. Quando existe a contratação do serviço, o pagamento só é feito após a prestação do serviço, o que garante uma maior tranquilidade para quem está fazendo o pagamento e também para quem está recebendo, uma vez que já fica reconhecido que aquele serviço foi prestado e prestado com qualidade.

É uma coisa bastante inovadora, muito interessante, e a gente acredita que vai trazer um novo alento para a assistência técnica e extensão rural no País. Com relação a Ater & Pesquisa, acho que a gente tem muito a avançar. Todas as tentativas feitas não têm sido muito bem sucedidas no sentido de agilizar esse processo não só da transferência de tecnologia, mas da apropriação tecnológica. Porque o agricultor, hoje, deixou de ser o ente passivo desse processo de receber a tecnologia, mas é hoje um ator importante, é um agente de mudança também, é o principal agente de mudança, e muito a gente tem a caminhar nessas relações.

Aqui, no Distrito Federal, especificamente, acho que a gente tem modelo bastante interessante, porque a Emater do Distrito Federal mantém unidades dentro do centro de pesquisa dos dois principais centros, pelo menos, que é a Embrapa Cerrados e a Embrapa Hortaliças, e ela tem unidades dentro desses centros. Então, acho que isso facilita, Lúcio, bastante esse processo de comunicação do agente de assistência técnica, do pesquisador. Nesse aspecto, eu não conheço bem a realidade em outros Estados, mas acho que não é uma coisa muito praticada. É um modelo que poderia ser melhor estudado, inclusive atualizado e, quem sabe, pudesse gerar alguma rotina de procedimentos também nos outros Estados, porque é bastante rica essa convivência do



extensionista com o pesquisador e também vice-versa, do pesquisador com o extensionista e, ali, sempre junto com o público final da ação dos dois segmentos da assistência técnica e da pesquisa.

Considero que é uma ideia interessante, uma proposta que tem dado certo aqui no Distrito Federal e que talvez pudesse ser generalizada, aplicada em outros centros da Embrapa, que está com mais de 40 centros já – 47 centros nacionais de pesquisa –, e traria uma riqueza de atuação muito grande essa maior interação entre a assistência técnica e a pesquisa, e esse modelo talvez pudesse ser um caminho para isso ser construído em outros locais.

Era isso, vou permanecer aqui. Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Agradeço a participação de Lúcio Valadão, Secretário de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal. Quero registrar a presença de Derci Cenci, produtor rural do Padef, liderança comunitária aqui também; registrar a presença de Ronaldo Triaca, é um prazer tê-lo aqui também; Leomar Cenci, que acaba de chegar aqui, nosso convidado, seja muito bem-vindo, Presidente da Coopa-DF – Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal, nossa anfitriã nesta audiência pública de hoje; também quero registrar a presença do Manuel Otero, representando o IICA, e agradecer, em nome da Coopa-DF, toda a colaboração, todo o apoio que o IICA vem dando para realização do ciclo de debates e deste evento também; registrar também a presença dos diversos técnicos da Emater, especialmente o Renato, gerente de desenvolvimento econômico da Emater; Rildo, que está emprestado à Comissão de Agricultura e Pecuária do Senado, mas é um técnico da Emater; quero agradecer ao nosso secretário da Comissão, Marcelo.

Vamos agora ouvir o Presidente da Emater do Distrito Federal, José Guilherme.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg; o Secretário de Agricultura, Lúcio Valadão; nosso companheiro da Embrapa, Lúcio Brunale; Presidente da Coopa-DF, Leomar Cenci.

Em primeiro lugar, quero parabenizar a Comissão de Agricultura...

Em primeiro lugar, quero parabenizar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado pela escolha do tema que está sendo debatido aqui – estamos falando de inovação tecnológica e o processo de comunicação e assistência técnica e extensão rural – e pela escolha de discutir esse tema neste evento, a Agrobrasília, que é o grande evento de difusão tecnológica do Distrito Federal e da região Centro-Oeste.



Para iniciar, quero lembrar que, no início da Agrobrasília, estivemos aqui com o Dr. Roberto Rodrigues, que lembrou que, quando ele estudou agronomia, há quarenta e poucos anos, via a planta de soja num vaso, lá, em Piracicaba, porque não tinha condições de produzir lá. E olha o que é hoje a produção de soja no Brasil! Isso é resultado de muita pesquisa, muito esforço, e muito esforço dos agricultores do Brasil. Também ontem, estivemos no aniversário da Embrapa Hortaliças – 30 anos, e, no final, o Dr. Flávio Couto lembrou uma conquista também, que não se conseguia produzir cenoura no verão, porque florescia, porque não tinha cultivares adaptados, e tal. E hoje não temos esse problema, por causa do desenvolvimento da pesquisa de cultivares adaptados. E essas coisas estou lembrando porque, quando entra a nossa rotina, esquecemos todo o esforço e o que foi investido de recursos humanos, de capital, de esforço pessoal para que a gente chegue a esse ponto.

Então, a agricultura, nos últimos anos, avançou muito nessa parte de melhoramento genético, nutrição, no sistema de produção, que propiciou todo esse aumento de produtividade, esses ganhos que estamos verificando. Só que hoje o produtor rural, além de produzir bem, de ser competitivo, tem também outros desafios pela frente. Hoje, temos que produzir alimento, mas o alimento tem que ser seguro, ou não pode ter resíduos agrotóxicos ou tem que ser dentro dos limites aceitáveis, determinados pela Saúde. Você não pode ter resíduo no período biológico; ninguém quer comer alface e ter problema com salmonela. Tem também as microtoxinas, como a questão fantástica, uma cultura bastante extrativista, a castanha-do-Brasil, na região Norte, importância sócio-econômica incrível, mas ninguém quer comer a castanha-do-Brasil com microtoxina, porque faz mal. Então, tem se que desenvolver tecnologia do sistema de produção para que as pessoas possam comer e comer com segurança.

Também a sociedade exige a adoção de práticas sustentáveis. Não podemos mais produzir sem sustentabilidade. O produtor tem que estar também com a parte ambiental regular, tem de haver conformidade ambiental. Agora estamos falando de qualidade biológica também, alimentos funcionais. O agricultor, hoje, tem que ter uma capacidade de adaptação a essas alterações muito rápidas. Então, temos aí uma série de tecnologias disponíveis, mas uma série de tecnologias que precisam ser geradas, que precisam ser adaptadas. O ambiente está em mudança muito rápido. Isso exige, na verdade, respostas mais rápidas da pesquisa, da extensão e dos serviços públicos.

Mas algumas respostas a gente pode citar, porque têm sido conseguidas, porque, senão, estariam paradas no processo. Vou pegar como exemplo a questão do queijo da região do Serro, em Minas. O que acontece? A legislação federal diz que queijo tem de ser produzido com leite pasteurizado, por causa da segurança do alimento, não é isso? Só que o queijo daquela região só dá aquele sabor se for produzido com leite cru. Então, por muito tempo, os consumidores dali, que gostam daquele queijo querem o queijo que é produzido



com leite cru – com o pasteurizado não dá o mesmo sabor, não dá aquela característica do queijo. Por muito tempo, produziu-se, consumiu-se aquele queijo na condição de clandestinidade. Uma coisa que era tradicional, que as pessoas queriam, estava na condição de clandestinidade.

Minas Gerais, com uma bacia leiteira e com toda tradição que tem, com o serviço de inspeção, com serviços de extensão e com pesquisa também, conseguiu desenvolver um sistema de produção que garanta a segurança que o consumidor precisa e que respeite o sistema de produção daquele produto, a característica de produção.

Então, esse é um exemplo de inovação, ou seja, se mudou a questão da norma, se colocou os controles em outro ponto, que não era na pasteurização, na propriedade – controle de brucelose, de tuberculose, você tem que ter todo o rastreamento – para garantir a produção do queijo. Então, nós temos alternativas, mas exige inovação.

O Secretário citou, em relação às políticas de crédito, às políticas públicas, todas as políticas hoje que existem na agricultura familiar, o Pronaf, Mais Alimento, o PAA, o Pnae, são políticas que, além de serem focadas na agricultura familiar, elas também tiveram caráter de trazer inovação na sua formulação e, por isso, estão tendo sucesso e adesão e estão conseguindo, na verdade, levar mais renda para uma grande parcela dos agricultores no Brasil. Mas, em contrapartida, o crédito normal para todos os agricultores com recursos obrigatórios, acho que carece de inovação, porque nós estamos falando ainda de crédito assistido, de uma série de coisas que cabia na década de 70, na década de 80. Hoje, será que alguns agricultores, dependendo do porte, precisam de todo aquele projeto feito por um técnico, se muitos deles são agrônomos, possuem técnicos próprios? Então, às vezes, falta uma outra engenharia no crédito para ele se tornar mais dinâmico e menos burocrático.

Em termos de comunicação, eu queria pegar um exemplo que nós temos aqui, comunicação de inovação, nessa feira, nesse evento aqui em Brasília, que é o espaço Valorização da Agricultura Familiar.

Existem nove circuitos tecnológicos com inovação, que estão sendo demonstrados, durante esta semana, para 6 mil agricultores familiares. Essa sistemática que foi construída há pouco tempo aqui também é um outro exemplo de inovação na difusão de tecnologia.

E aí, dentro do que está colocado aqui nessa feira, nós temos uma série de questões. Nós temos, por exemplo, maracujá em estufa e a questão da agrofloresta que ainda, para uma boa parcela dos agricultores, é inovação. São pontos em que a gente vê como que temos a criatividade dos agricultores e dos técnicos; precisamos avançar bastante, mas esse ponto existe, ainda bem que é característica do nosso povo.

Nesse ambiente de dinamismo, a extensão rural, principalmente, precisa também se adaptar e criar algumas situações novas e se modernizar.



Nós temos consciência disso. Não ficar mais em métodos tradicionais; não descartar métodos tradicionais, mas não podemos ficar limitados aos métodos tradicionais de trabalho, apesar de que, em algumas questões, eles precisam e vão continuar sendo utilizados. Existe sempre um debate na extensão na questão dos métodos mais grupais, massivos, quanto aos métodos das visitas técnicas. Na verdade, cabe-nos gerenciar isso e aplicar de acordo com cada situação, porque eu não acredito que nós vamos conseguir avançar, por exemplo, em agroecologia, ou aqui, no Distrito Federal, na parte de floricultura, que é uma nova tecnologia sem uma assistência técnica pública atuante, capacitada. Então, nós vamos precisar, sim, continuar com a característica da Emater/DF de ter também a parte de assistência técnica, não só a parte de extensão rural.

O Secretário já citou a parceria bem sucedida que nós temos com a Embrapa, Embrapa Hortaliças e Embrapa Cerrados, que nos dá um respaldo, e nós acreditamos também que traz para a Embrapa uma série de demandas retroalimentando a questão das demandas para a pesquisa. Então, aumenta esse contato também da Embrapa com o produtor rural.

Falando um pouco mais nessa parte de inovação, eu queria entrar um pouquinho no assunto da questão ambiental. Ontem nós tivemos um debate aqui na feira, hoje contamos com a presença do Deputado Aldo Rebelo, discutindo a questão do Código, e eu acho que, por estar muito no emocional a questão do Código, nós estamos perdendo oportunidade também de inovar nessa questão ambiental. O foco está muito na discussão entre qual vai ser o tamanho da área de produção e qual vai ser o tamanho da reserva, e nós sabemos que ainda faltam elementos para que a gente possa definir isso de alguma forma melhor. Então, a legislação possivelmente vai ser colocada com alguma coisa em termos de estimativa, com a possibilidade depois de revisão. Mas a grande questão, que eu acho que está fugindo dessa discussão, é o seguinte: independente do tamanho da APP ou do tamanho da reserva legal, de quem é o benefício dessa recuperação ou dessa conservação? O benefício não é de toda a sociedade? Esse é um ponto. Inclusive essa questão que se discute da lei intervir numa propriedade privada e limitar o que você pode ou não utilizar, discute-se muito isso, está dentro do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. Então, existe respaldo para que se faça esse tipo de intervenção.

Mas nós estávamos falando que o interesse público diz que o agricultor tem que manter a reserva, ele tem que manter a APP, só que isso tem custo, não é? Não tem custo você deixar de produzir ou você recuperar, independente de como passar o Código Florestal? Nós vamos chegar a este ponto: existe esse custo. Agora, o interesse é público e o custo é só do agricultor. Eu acho que esse é um ponto que está faltando, ou seja, nós



colocamos a questão do interesse público, agora o custo para manter é só do agricultor.

Então, já existe todo um debate que acho que precisava ser acelerado sobre a questão de pagamentos de serviços ambientais, Senador. Eu acho que o Brasil inovaria se realmente avançasse nessa questão do pagamento de serviços ambientais, para garantir que o Código, independente de como seja delimitado, realmente venha a ser implementado, venha a ser efetivado.

As questões que eu queria colocar são essas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença aqui e convidá-lo para a Mesa o Dr. Paulo Salles, Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. *(Palmas.)*

Peço para colocarem mais uma cadeira aqui. Seja bem-vindo!

Passo a palavra, com muita alegria, ao Sr. Leomar Cenci, que é o Presidente da Coopa-DF, parabenizando-o. Eu tive já oportunidade de, por duas ou três vezes, nesta semana, no Senado, registrar a realização dessa feira. É a quarta edição dessa feira que venho acompanhando desde a primeira, acompanhando a evolução, a sua importância.

Acredito que as pessoas normalmente conhecem Brasília apenas pelo seu lado administrativo e repito que nós temos muita honra em sediar os poderes da República, mas esta é uma Brasília que poucos brasileiros conhecem, uma Brasília que tem senão a maior, uma das maiores produtividades no meio rural.

Portanto, é com muita alegria que passo a palavra ao Leomar Cenci.

O SR. LEOMAR CENCI – Boa tarde a todos. Queria, inicialmente, pedir desculpas, porque cheguei um pouco atrasado, mas é em função da feira.

Queria agradecer a presença de todos aqui da Mesa e falar um pouquinho a respeito da parceria. Estou vendo aqui muita gente da Emater, da Secretaria de Agricultura, e esses órgãos são muito importantes tanto para a feira como para a Coopa-DF e para o produtor rural daqui do Distrito Federal.

Falando da Agrobrasil, sem dúvida, se não houvesse essa parceria com o GDF, com a Emater, com a Embrapa, talvez nós não conseguiríamos estar hoje apresentando o que temos para mostrar, essa parte de tecnologia, principalmente da agricultura familiar.

Nós falávamos em produção e o Deputado me perguntou se hoje era possível produzir 200 sacos de milho por hectare. É possível, sim, e isso se deve à pesquisa. O produtor faz a parte dele, sem dúvida, mas, se não houvesse essa parte de pesquisa, uma Emater, uma Embrapa, algumas empresas particulares também aqui perto, que desenvolvem, fazem essa



pesquisa, nós não estaríamos produzindo isso. Posso dizer ao Deputado que já vi resultado da feira de 270 sacos. É Senador, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu nem lembrava, viu?

O SR. LEOMAR CENCI – Temos produção de 70 a 80 sacos de soja por hectare na região. Trigo, a gente deve muito. Temos um moinho de trigo dentro da Coopa-DF e esse moinho de trigo funciona hoje porque a Embrapa desenvolveu três variedades de trigo que podemos plantar aqui no cerrado e ter produtividade que chega ao dobro ou a até mais do que o dobro da média nacional. Hoje a Coopa-DF se mantém praticamente em função desse moinho. Planta-se uma área de 2.000 a 2.500 hectares de trigo irrigado na nossa região e isso se deve à pesquisa. Se não houvesse essa pesquisa e a dedicação de vocês que desenvolvem isso para nós, talvez não estivéssemos dentro de uma feira do tamanho que tem hoje.

Agradeço a presença de vocês. Nós estamos ainda nos acostumando a fazer esse tipo de debate. Estou começando da Coopa-DF, há oito meses à frente da Coopa-DF e isso é novo para mim, mas estamos nos esforçando, tentando dar o máximo, não só eu, como toda a diretoria da Coopa-DF. Pelo menos podemos receber vocês da melhor forma possível aqui dentro da feira. E convido a todos, quando quiserem conhecer a cooperativa, a região, a Coopa-DF estará sempre de portas abertas para recebê-los, fazer uma visita à área rural e conhecer a realidade da agricultura do Distrito Federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Leomar. Nós é que agradecemos a acolhida generosa da Coopa-DF a todos que vêm visitar a Agrobrasil.

Passo a palavra para o Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, Professor Paulo Salles.

O SR. PAULO SALLES – Boa tarde a todos. Boa tarde aos membros da Mesa. Obrigado àquele que nos recebe aqui tão hospitaleiramente.

É um prazer muito grande estar nesta feira. É um prazer maior ainda ver a pujança do setor agropecuário no Distrito Federal e no Brasil.

Nós, na ação de apoio à pesquisa, temos a missão de apoiar as iniciativas que poderão tornar esse desenvolvimento agropecuário do Distrito Federal ainda maior. Se a gente lembrar que a história daquilo que a gente chama de agricultura começou supostamente há dez mil anos, a partir do momento em que a humanidade foi capaz de identificar determinadas plantas, determinadas maneiras de caçar animais, posteriormente, maneiras de armazenar aquilo que estava colhendo e os animais que conseguia capturar e transformar isso em alimento, nas coisas que a gente usa, nas roupas, no material que a gente tem nas nossas casas, no material que a gente usa para aquecer as nossas casas, isso tudo está relacionado com tecnologia e ciência.



Ciência é adquirir a sabedoria a respeito de como usar os recursos naturais e a tecnologia, no sentido de transformar esse conhecimento em aplicações que são úteis para a humanidade.

Naturalmente, hoje, a gente já conhece muito as plantas, dos animais, das formas de armazenar os alimentos, mas estamos sendo colocados cada vez mais diante de novos desafios: o desafio de manter a água, de manter o equilíbrio hídrico, de aproveitar melhor os recursos que temos; o desafio que hoje já foi mencionado por aquele senhor que me antecedeu ao lembrar que nós temos que encontrar uma maneira de fazer a produção crescer e ainda manter o equilíbrio ambiental, sem o qual não haverá produção. Todos sabem disso. Vocês, agricultores, são os que mais sabem disso, eu diria.

Então, nós estamos aqui para colocar a Fundação de Apoio à Pesquisa à disposição dessa comunidade para aproximar os pesquisadores dos institutos de pesquisa da Embrapa, das universidades e dos setores que estão aí produzindo. É a nossa função, é a nossa missão. E eu gostaria de dizer que a FAP está de portas abertas para vocês e que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para promover essa aproximação e fazer do Distrito Federal uma unidade que se destaca cada vez mais pela sua pujança, pelo seu crescimento, pela qualidade da sua agricultura e da sua pecuária.

Parabéns, sucesso para vocês, muito obrigado pela acolhida e estamos às ordens. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Dr. Paulo Salles pela sua participação.

Registro, e também convido para a Mesa, a presença do Sr. Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quero dizer que você já vai ser recebido com um microfone, com o direito à palavra. (*Palmas.*)

O SR. ARGILEU MARTINS DA SILVA – Boa tarde, Senador Rollemberg, Lúcio, Guilherme e o outro Lúcio, Presidente da Fundação de Pesquisa, boa tarde para vocês que estão aqui.

Quero dizer da nossa satisfação de poder falar um pouco nesta Mesa tão específica, destacando, é claro, esse momento que eu chamo de negócio, de confraternização e de exposição que é a Agrobrasília.

É sempre bom lembrar, porque, desde terça e quarta-feira, este auditório tem ouvido muitas dessas coisas, a importância dos alimentos no mundo. Ao mesmo tempo em que muitos já dizem que as grandes fronteiras e os grandes embates serão demarcados pela água, estamos cada vez mais convictos de que o alimento, a disputa pelo alimento vai chegar muito antes do que a disputa pela água.

É evidente que hoje é uma preocupação mundial a questão do alimento. É por isso que as grandes potências mundiais, os países que nós



chamamos de desenvolvidos protegem de uma forma muito veemente os seus agricultores, os seus produtores rurais.

No Brasil, nós temos ido numa velocidade bastante expressiva para esse momento também, imaginando que há vinte anos, portanto há muito pouco tempo, o rural era sinônimo de atraso. E todos nós que militamos na agricultura e os agricultores, até 20 anos atrás, éramos estereotipados como Jeca Tatu. Mas, felizmente, a grande mídia brasileira, parte dela presente aqui, resolveu dar à agricultura um valor diferenciado, principalmente porque a questão do preço dos alimentos começou a influenciar as decisões macroeconômicas do País. Isso foi importante. Apesar de a agricultura ter financiado todos os grandes programas econômicos brasileiros – a agricultura sempre foi a âncora de todos eles e sempre financiou o desenvolvimento industrial brasileiro –, ela não recebeu o devido retorno dessa importante tarefa.

Só agora, nos últimos 20 anos, pelo impacto do preço dos alimentos nas políticas macroeconômica, a agricultura passou a ter esse destaque. Ao mesmo tempo, nessa oportunidade, nós, que militamos no tema, como gestores de organizações públicas, temos o grande desafio de, a partir dessa valoração da agricultura, estabelecer formas de proteger e garantir tranquilidade ou possibilidades mínimas para que os agricultores produzam com alguma tranquilidade.

Ouvi atentamente o Presidente da cooperativa e pude, com tranquilidade, concluir que a agricultura corre os mesmos riscos que correm todas as atividades econômicas, mas ela tem um risco adicional, que não tem controle nem governança de ninguém, que são os riscos climáticos.

Quem iria imaginar: sai agora do Plano Piloto debaixo de uma forte chuva, tive que ligar o para-brisa em alta velocidade. Imaginem, se alguém estivesse colhendo feijão nesse momento? Ou colhendo trigo ou soja, debaixo de uma chuva teoricamente imprevisível, apesar de que, de dois dias para cá, já era possível imaginar que choveria em algumas regiões

Senador, já conhecemos o seu trabalho pelo Distrito Federal e pelo Brasil. Aqui quero destacar o seu trabalho pela aprovação da Lei Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 2009 – o senhor era Líder do PSB e tivemos oportunidade de conversar –, a sua defesa da lei no plenário. Isso demonstra sua sensibilidade, seu comprometimento com a questão do conhecimento. Prefiro dizer conhecimento do que tecnologia. Acho que esse é um conceito mais abrangente, até porque, creio, no Brasil, já superamos aquele negócio de aprender a fazer fazendo, o que não resolve tantas coisas. É necessário que os nossos agricultores, os produtores rurais aprendam a fazer fazendo, mas também entendendo o que fazem, porque esse entendimento os eleva a uma condição de se apropriar do conhecimento, tirando deles a dependência do técnico e possibilitando a tomada de decisões necessárias para tocar o seu negócio.



Não combinamos quanto tempo eu teria; então, vou parar por aqui; mas antes gostaria de, mais uma vez, cumprimentá-lo por essa iniciativa.

Com relação à agricultura familiar brasileira, devo destacar aqui a sensibilidade do Governo do Distrito Federal, do Secretário Lúcio, que já há algum tempo estabeleceu um espaço apropriado para a agricultura familiar na Agrobrasília.

Em três minutos, devo encerrar, mas devo ressaltar a importância desse instrumento.

É necessário que reflitamos acerca do fato de que a agricultura é a única atividade econômica que tem duas capacidades. A primeira: gerar renda de forma desconcentrada. Só a agricultura tem essa capacidade. Hoje, a agricultura é um segmento econômico que gera renda em todos os Municípios do Brasil, sem exceção. Nenhuma outra atividade tem essa característica. A segunda: a capacidade ou a condição, querendo e utilizando tecnologias apropriadas, de preservar os recursos naturais – estou falando da agricultura familiar –, porque ela é estrita ou extremamente dependente desses recursos. Se o solo exaurir, acabou, não há mais agricultura.

O agricultor tem essa consciência. Ele tem esse saber, esse conhecimento. São essas as duas características. Conhecendo isso, o que temos feito, sempre com a participação muito ativa no Congresso Nacional, antes na Câmara Federal e, agora, no Senado da República, do Senador Rollemberg? Nos últimos anos, procuramos construir, nos pilares clássicos de política agrícola, aquilo que protege o agricultor.

Primeiro, conseguimos destravar as fontes de financiamentos bancários, para que sempre haja crédito disponível, e hoje a agricultura familiar não tem mais problema de acesso ao crédito. Ele está disponível durante todo o ano. As fontes que disponibilizamos estão sobrando.

Segundo, colocar o conhecimento à disposição do agricultor. A nossa parceria com a Embrapa, com as organizações estaduais de pesquisa e com as universidades têm permitido a produção de tecnologias adequadas a esse segmento específico.

Terceiro, a questão de acesso ao mercado. Sabemos que, na agricultura atual, primeiro, vende-se para, depois, produzir. Temos constituído instrumentos, inicialmente pedagógicos, para que a agricultura familiar tenha uma noção muito clara e característica de escala, de qualidade de produto e tal.

Anteontem, a nossa Presidenta anunciou para a Contag a criação da política de garantia de preço mínimo específica para a agricultura familiar, a única coisa que nos faltava para completar os pilares da política agrícola clássica para a agricultura familiar. É evidente – esse é um dos motivos do nosso atraso – que estamos elaborando rapidamente um texto. Não sabemos se ela mandará em forma de medida provisória ou projeto de lei, em regime de urgência. Não sabemos ainda, mas ela nos encomendou e temos que entregar



até o fim do dia de hoje a proposição da lei, para que seja criada, especificamente, essa possibilidade ou garantia de instrumentos de intervenção pública no mercado de preços, no mercado de produtos da agricultura familiar.

Lembro que um agricultor familiar, hoje, quando acessa um crédito do Pronaf – esse é um ponto extremamente positivo do atual Governo e que está se consolidando –, não sei se há alguém aqui do BRB, mas com a iniciativa do Secretário Lúcio Valadão: o BRB vai começar a operar no Pronaf. Esse foi um grande avanço, porque o banco poderá ter seu crédito, seu capital para emprestar para outros segmentos, uma vez que no Pronaf temos fontes suficientes para financiar todos os agricultores do Distrito Federal e com taxas de juros negativas.

Esse conjunto de coisas – poderíamos passar a tarde aqui enumerando outras... Mas a nossa visão de futuro com relação à agricultura, à agricultura familiar, Senador Rollemberg, é a de que a agricultura familiar deixe de ser um segmento produtivo, socioeconômico, para se transformar em um valor da sociedade.

Sabemos que, quando a agricultura brasileira se transformar em valor para a sociedade, a sociedade, o Estado brasileiro, a iniciativa privada vão começar a enxergar a agricultura sob uma outra perspectiva, de uma outra forma. Entendemos que assim, com certeza, seremos – e daí de fato, não apenas na retórica – um País produtor de alimentos e vamos ter grandes possibilidades de negociar e nos relacionar com outros países do mundo, de ofertar alimentos a esses países.

Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade e desculpem-me pelo atraso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós que agradecemos a participação do Dr. Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA.

Se alguém quiser fazer perguntas, o Marcelo, Secretário da Comissão, irá recolher as perguntas por escrito, mas gostaria de fazer alguns comentários.

Inicialmente, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui e a presença de todos os convidados, que enriqueceram bastante esse debate com suas contribuições.

Recentemente estive em Londres em uma reunião de representantes do Brasil, da Indonésia, do México, do Congo, do Reino Unido e da Noruega, e voltei absolutamente impressionado pelo interesse pelo Brasil, com as expectativas que o mundo hoje alimenta em relação ao Brasil, especialmente pela realização, no ano que vem, na cidade do Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas Rio+20, que terá como principal tema a



economia verde e a governança para implementar uma economia verde no mundo.

Estou dizendo isso, meus amigos e minhas amigas, produtores rurais, porque eu entendo que o Brasil tem um horizonte fantástico para se transformar na grande liderança mundial que vai liderar a transição de uma economia tradicional para uma economia verde. Entendo que nós estamos avançando significativamente. Eu me lembro de que, há alguns anos, muitas vezes os agricultores, da forma mais injusta possível, eram tratados como vilões. Hoje, isso está superado. Hoje, o País reconhece o papel da agricultura brasileira no desenvolvimento do País, no balanço de pagamentos do País, na economia, no crescimento do Produto Interno Bruto. E, como disse muito bem aqui o Argileu, nos momentos de crise, quem sustentou a economia brasileira foi a agricultura.

Conseguimos também superar um falso dilema que existia no início do governo do Presidente Lula. Eu me lembro que houve esse debate no início do governo, que procurava colocar em campos opostos a agricultura familiar e a agricultura empresarial. Hoje, a gente percebe claramente que há espaço para as duas conviverem de forma harmônica, todas as duas são muito importantes para o desenvolvimento do Brasil. A agricultura familiar produz, hoje, quase 70% dos alimentos no Brasil, é a grande responsável pelo abastecimento interno.

Temos uma agricultura empresarial extremamente produtiva, como disse aqui o Leomar. A cada ano são batidos recordes de produtividade e é a grande responsável por grande parte das exportações brasileiras. Hoje, eu digo que, em cada grão de soja, em cada grão de milho, nós temos ali alguns nanogramas de conhecimento. É muito conhecimento investido ao longo de muita pesquisa, de muita valorização de recursos humanos, que permitiu que o Brasil tivesse a agricultura tropical mais desenvolvida do Planeta e que fará com que o Brasil, em poucos anos, seja o maior produtor de alimentos do mundo.

Há outra questão que precisamos superar, especialmente, Derci, neste momento em que se debate o Código Florestal, que também é o falso dilema de uma disputa entre agricultura e meio ambiente,

Tenho convicção de que, neste momento da vida nacional, com o acúmulo de conhecimentos que nós já adquirimos, que só há uma forma de desenvolvimento possível, que é o desenvolvimento sustentável. E, para ser sustentável, precisa utilizar o nosso capital natural, precisa valorizar os nossos recursos naturais e, através do conhecimento, saber explorá-los de forma sustentável, produzir riquezas que, necessariamente, precisam ser distribuídas para todos, eliminando a pobreza em nosso País.

Conseguiremos isso através de uma agricultura desenvolvida, sustentável, e, a partir de fortes e regulares investimentos em conhecimento, ciência, tecnologia, inovação.



Paulo Salles, você ainda não tinha chegado, mas eu já citei os dados trazidos pela Embrapa no debate sobre o Código Florestal. Nós ampliamos a nossa área agricultável, ocupada por agricultura e pecuária no Brasil, nos últimos 30 anos, em cerca de 48% e aumentamos a nossa produção em mais de 260%.

Aí está o caminho para o desenvolvimento do Brasil, ocupando as áreas degradadas, com muito conhecimento, aumentando a nossa produção de alimentos e energia e fazendo isso de forma sustentável.

Portanto, entendo que neste debate sobre o Código Florestal, que deve estar chegando ao Senado nos próximos dias, nós temos que incorporar alguns elementos periféricos, mas que são da maior importância, são subprodutos deste debate sobre o Código Florestal.

Por exemplo, está muito clara a necessidade de fazermos um zoneamento agrícola no nosso País, de voltarmos a fazer mapas de solos no nosso País, uma grande riqueza, e de avançarmos numa política de serviços ambientais.

Quero chamar a atenção do que me ocorreu sobre essas notícias recentemente veiculadas pela imprensa recentemente sobre o aumento do desmatamento, especialmente no Estado de Mato Grosso, fazendo com que o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, constituísse um gabinete de crise. Nós podemos, em tese, aumentar enormemente o desmatamento no Brasil de forma legal. Hoje, o Código Florestal diz que o agricultor só precisa manter como reserva legal 20% no cerrado, 35% no cerrado amazônico e 80% da floresta amazônica. Se, por algum motivo de conjuntura internacional – alto preço das *commodities*, por exemplo –, todos resolverem plantar ao mesmo tempo e avançarem nessas novas áreas de biomas, nós vamos ter um desmatamento enorme e isso não vai ser bom para o País.

Nós temos que incorporar, então, um novo debate, um novo tema neste debate do Código Florestal, que é o pagamento por serviços ambientais. É isso que vai fazer, no meu entendimento, que a gente possa, quantificando economicamente, fazer que para o agricultor, para o produtor rural, a preservação de uma área de cerrado e a exploração sustentável de uma área de cerrado, a preservação de uma área de floresta possa ser igualmente rentável como é a ocupação hoje por uma lavoura tradicional, seja de milho, se já de soja, seja de sorgo, seja de outra qualquer. Nós temos que incorporar essa questão, pois assim estaremos olhando para o futuro.

Aconteceu um debate em Londres com esses países. O que esses quatro países – Brasil, México, Congo e Indonésia – têm em comum? São países que têm grandes florestas tropicais. Está em discussão hoje, em todo o mundo, um mecanismo internacional que é o REDD *plus*, que é o pagamento



aos países ou às comunidades que preservam as suas florestas, os seus biomas, pela redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal.

Estou me referindo apenas a um instrumento. Nós temos que colocar a nossa criatividade como legisladores, inclusive, com apoio das Ematers, da Embrapa, das organizações estaduais de pesquisa, das universidades, para construir outros mecanismos, outros instrumentos que façam com que o Brasil possa, efetivamente, consolidar-se como a grande potência na produção de alimentos, na produção de energia e na manutenção e utilização adequada da sua biodiversidade. Esse será o grande diferencial nos próximos anos. Não adianta nada a gente ser grande produtor de alimentos por 20, 30 anos, e não termos a sustentabilidade para as gerações seguintes. Nós temos todas as condições, se investirmos em pesquisa, de continuar a ser os maiores produtores de alimento, de energia, mas também sermos uma potência ambiental.

Então, eu diria que a minha conclusão deste debate é a necessidade absoluta de consolidarmos e fortalecermos um sistema nacional de pesquisa agropecuária, onde cada instituição tenha seu papel. As universidades têm um papel importante no desenvolvimento da pesquisa básica; a Embrapa, no desenvolvimento de novas tecnologias. O Trabalho da Embrapa será extremamente otimizado, como disse muito bem aqui o Dr. Lúcio Brunale, se ela estiver inserida no sistema nacional que aproveite conhecimento da pesquisa básica, onde as organizações estaduais de pesquisa possam fazer adaptação dessas tecnologias à realidade local, à realidade regional, e onde tenhamos as empresas de assistência técnica e extensão rural, fazendo com que esse conhecimento chegue e seja apropriado pelo produtor rural, seja ele pequeno, médio ou grande produtor rural.

E eu quero trazer a este debate outra reflexão. E é importante essa reflexão, porque ela tem muito a ver com a produção de conhecimento, tem muito a ver com a transmissão do conhecimento e tem muito a ver com o debate que estamos travando neste momento sobre o Código Florestal.

Eu ligava ontem para o Presidente da Embrapa, que me passou para falar com o Alexandre Barcelos, pesquisador da Embrapa Cerrados, sobre qual é a quantidade exata de pastagens degradadas em nosso País. Ele me deu os seguintes dados: temos em torno de 160 milhões de hectares de pastagens no Brasil e há uma estimativa de que 40% dessas pastagens estão degradadas. E que, na nossa região aqui do cerrado, temos em torno de 35 milhões de hectares de pastagens degradadas.

Nós tivemos um grande avanço de reconhecimento internacional – e vocês aqui sabem melhor do que qualquer um –, que é o plantio direto, que permite que o agricultor plante preservando o seu maior patrimônio. Porque o produtor rural tem dois grandes patrimônios: o solo e a água. Sem um solo fértil, sem um solo bom, sem um solo poupado, ele não tem como produzir. E se não



tiver água, especialmente água no período da chuva e água no período da seca, para fazer irrigação, ele também vai reduzir, e muito, a sua produção. Então, estas são, digamos, as duas grandes preciosidades do agricultor: o solo e a água.

Através das técnicas do plantio direto, nós conseguimos, o Brasil conseguiu, a Embrapa conseguiu reduzir muito a perda de solo, aumentando em muito a nossa produtividade.

Outra tecnologia que vem sendo desenvolvida pela Embrapa, que tive a honra de apoiar, como presidente do Fundo Setorial do Agronegócio, é a tecnologia de integração lavoura, pecuária e silvicultura, que permite a utilização dos espaços e que aponta que é através do aprofundamento do conhecimento e de linhas de financiamento fortes, convidativas, linhas de financiamento até subsidiadas pelo Governo, nós possamos garantir o avanço da nossa agricultura, compatibilizando o avanço da agricultura com a recuperação de áreas degradadas, de pastagens degradadas. É aí, no meu entendimento, a grande fronteira da agricultura brasileira, da agroenergia brasileira, deve-se dar nas áreas de pastagens degradadas, até porque é muito mais barato.

E temos que estudar quais são os instrumentos para fazer isso. Se for preciso, o Brasil avançou muito recentemente com a aprovação da Lei de Inovação, que permite que um pesquisador possa atuar dentro da empresa, porque é na empresa que se produz a inovação.

Portanto, precisamos rever esses instrumentos, se eles estão funcionando adequadamente, porque, se não estiverem, que a gente possa revê-los para garantir isso, que os pesquisadores possam estar dentro das empresas produzindo essas inovações, que são fundamentais para que o Brasil continue crescendo, mas que o possa fazer cada vez mais de forma sustentável, assumindo o papel – e temos tudo para fazer – de ser a grande liderança mundial na transição de uma economia tradicional para uma economia verde.

Portanto, fico muito feliz de estar fazendo este debate aqui, no momento em que o Brasil recupera os seus instrumentos de extensão rural, de extensão tecnológica, dizendo que é muito importante essa interação de conhecimentos, dos conhecimentos produzidos nas academias e nos institutos de pesquisa com os conhecimentos produzidos pela população ao longo de toda a sua sobrevivência, do que aprendeu, e tem muita coisa a ensinar em função dessa experiência.

Portanto, quero dizer que estou extremamente feliz com esse debate. Acho que estamos diante de uma grande oportunidade. Acho que o debate sobre o Código Florestal está permitindo ao Brasil fazer o debate e formular o seu desenvolvimento. Acho que precisamos planejar o nosso desenvolvimento para que a gente possa aproveitar todas as oportunidades que o mundo, que o cenário mundial nos oferece nesse momento.



E antes de abrir as perguntas, saber se há perguntas da platéia, quero fazer, para o Dr. Lúcio Brunale, representante da Embrapa, uma pergunta que foi enviada pelo Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária. Eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, e nós temos procurado fazer os debates sobre o Código Florestal conjuntamente, até porque entendemos que é possível construir um Código Florestal equilibrado, que proteja e dê segurança jurídica aos agricultores que trabalham, produzem alimentos, garantindo também a sustentabilidade ambiental.

Cumprimentando o Senador Acir Gurgacz, quero registrar a pergunta dele para o Dr. Lúcio: “Qual é a avaliação da Embrapa sobre a extensão rural como vetor de difusão e transferência de tecnologia na Amazônia Legal, levando em conta a agricultura diferenciada em relação ao sul, sudeste e centro-oeste, e quais as principais dificuldades e estratégias de médio e longo prazo que estão sendo adotadas pela Embrapa para que suas pesquisas, tecnologias e produtos cheguem a essa região e sejam implementados pelos agricultores com mais eficiência e eficácia?”

Essa é a pergunta para o Dr. Lúcio Brunale.

Tem uma pergunta, para o Dr. Lúcio, do Marcus Peixoto, consultor legislativo do Senado: “A Embrapa tem realizado pesquisas junto aos produtores rurais a fim de detectar que percentual tem acesso às publicações da empresa? A Embrapa também pesquisa para saber em que medida e com que eficácia são adotadas as tecnologias divulgadas através de suas publicações?”

E uma pergunta ao Diretor Argileu Martins, da Secretaria de Agricultura Familiar: “O orçamento para assistência técnica e extensão rural tem crescido bastante nos últimos anos, atingindo, em 2010, uma previsão orçamentária de mais de 450 milhões; no entanto um percentual muito baixo tem sido efetivamente gasto e executado. Que entraves ainda existem, após a promulgação da Lei Geral de Ater, e que ainda têm de ser superados para que tais recursos sejam efetivamente utilizados?”

São essas as perguntas. Passo, inicialmente, para o Dr. Lúcio.

O SR. LÚCIO BRUNALE – Acho que o Senador sabe mais do que quem trabalha na Embrapa, as informações estão chegando. Está de parabéns. Para nós, é muito importante e interessante ter um Senador que tem esse tipo de conhecimento sobre os trabalhos que a empresa vem fazendo e quais são as necessidades, porque existe uma série de dificuldades obviamente, que já foram colocadas, e que, com certeza, o senhor já vem trabalhando no sentido de estar nos ajudando a revertê-las, não só o senhor como toda a bancada do Senado e da Câmara. Por isso, somos bastante agradecidos.

O senhor tocou em um ponto que, antes de entrar nas respostas, eu gostaria de fazer uma observação, em relação à Lei de Inovação.



A Lei de Inovação, que foi criada em 2004 e regulamentada em 2005, ainda não está totalmente pronta para ser implementada em alguns pontos que a gente tem para trabalhar. Então, por exemplo, a gente ainda tem certa dificuldade interna, no que diz respeito à parte de recursos humanos, ou seja, disponibilizar pesquisadores para trabalhar em outras empresas, está previsto que pode, mas ela ainda não foi regulamentada nos seus detalhes para que isso realmente aconteça. O pagamento de *royalties* para a criação de pesquisas e essas situações também, a gente ainda não tem uma regulamentação.

E outra situação, que é muito clara, que é a necessidade de as instituições de pesquisas, não só a Embrapa, mas universidades e todas as instituições que atuam nessa parte, principalmente na parte de pesquisa básica e aplicada, a dificuldade de estar nos processos de compra, importando algum tipo de reagente ou coisa parecida.

Existem pontos que, como o senhor deu essa abertura, acho que valeria a pena em algum momento, não neste, a gente discutir um pouquinho sobre a política de inovação, que foi muito bem-vinda. Ela precisa ser regulamentada em alguns pontos.

Quanto à pergunta inicial em relação a entender se a extensão rural é um vetor, se a gente entende que é um vetor de implementação das ações de transferência do conhecimento não só da região amazônica, gostaria de dizer que a Embrapa, muito antes dessa pressão existente hoje em relação à exploração da Amazônia, há 30 anos a Embrapa criou unidades de pesquisa em cada um dos Estados da Amazônia exatamente antevendo esse tipo de trabalho, esse tipo de pressão por alimento, esse tipo de situação que hoje nós estamos passando. Então, hoje, nós temos, sim, condições de estar...Essas unidades foram criados, são unidades ecorregionais. Não sei se todo mundo sabe que também a Embrapa tem as unidades de produto, como a Embrapa trigo, Embrapa soja, milho e sorgo; unidades ecorregionais, que são as unidades que estão na Amazônia, no semiárido, no Pantanal; há as unidades temáticas, como a Embrapa recursos genéticos e tantas outras unidades nessa linha.

O que aconteceu? Hoje a Embrapa tem uma política interna de programas nacionais de pesquisa, e esses programas nacionais de pesquisa atuam em rede. Então, toda a tecnologia que é gerada em regiões que não são, no caso específico da pergunta, na Amazônia, elas estão disponíveis para as unidades da Amazônia validarem essas tecnologias dentro do seu ecossistema, dentro de suas realidades.

É importantíssimo citar aqui que as Ematers são envolvidas nesse processo não da forma como gostaríamos, porque ainda não existe uma situação muito fortalecida no sentido de estar envolvendo as Ematers, não porque a empresa não tem essa intenção, ou não porque a empresa não tome iniciativa. Mas, sim, porque – e vocês que são da Emater sabem muito bem –,



em alguns Estados, elas não estão ainda adequadamente estruturadas para que tenhamos condições de fazer as parcerias necessárias a que essas coisas sejam implementadas.

Então a resposta ao Senador é sim. A Embrapa entende que todas as Ematers, todas as empresas, não só públicas como privadas, de extensão rural, são parceiras vitais para que a Embrapa consiga colocar seu conhecimento à disposição dos produtores.

O Argileu disse uma coisa importantíssima. Transferir tecnologia não é apenas informar que existe tecnologia, fazer um cursinho ou coisa parecida. Transferir tecnologia significa que nós temos que capacitar, o agricultor tem que entender que aquela tecnologia é importante, saber aplicá-la, saber por que está aplicando aquela tecnologia. Então, a Embrapa tem uma preocupação muito forte em estar trabalhando nesse sentido.

Um outro ponto importante: a Embrapa, nessas duas últimas gestões, ela está trabalhando muito fortemente com a preocupação clara de que, se as tecnologias que ela está gerando – a Embrapa tem mais de 1.300 projetos de pesquisa – são realmente tecnologias que vão atender à real necessidade dos produtores.

Então, o que está acontecendo hoje?

Hoje estamos trabalhando numa reestruturação interna, definindo por meio da Diretoria de Transferência de Tecnologia, o seu departamento, e criando nas unidades que estão na ponta, na chefia de transferência de tecnologias, áreas de prospecção de demandas, que têm uma orientação clara de estar atuando junto ao produtor, servindo às cooperativas e verificando junto ao produtor a sua necessidade básica, a prioridade. Às vezes, um pesquisador, um cientista antevê situações, problemas e trabalha na solução daquele problema. Mas, de repente, o que o produtor está precisando hoje é de uma solução mais imediata em determinadas situações.

Então, a Embrapa está se estruturando para ter essa flexibilidade de estar diretamente junto ao produtor, da agricultura familiar, pequeno, médio e grande produtores, trabalhando na prospecção e identificação do que cada produtor, o que cada região, o que cada ecossistema precisa realmente para trabalhar. Não esquecendo, porque existe uma situação muito clara, da parte de sustentabilidade, da parte social e até de antropologia, em que temos estudo nessa linha.

Qual foi a outra pergunta, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Das publicações.

O SR. LÚCIO BRUNALE – Foi ótima a pergunta, porque nós dá uma possibilidade de trabalhar explicando como a Embrapa entende essa divulgação por meio das publicações, a transferência por meio de publicações. A Embrapa, há 20 anos, vem trabalhando, como disse na minha primeira fala, num



processo de qualificar, organizar e estruturar as informações que ela gera, o conhecimento que ela gera.

Se os senhores perceberem, no catálogo de publicações da Embrapa, tem ali publicações para pessoas semianalfabetas; para os analfabetos, aqueles que não tiveram a felicidade de estudar, ela criou os vídeos, a videoteca rural, em que o produtor pode verificar como ele aplica sua tecnologia. Nós temos coleções universitárias, coleções para cientistas, para pequenos, médios e grandes produtores; 500 perguntas, 500 respostas. São todos produtos, em cuja concepção, a Embrapa teve a preocupação de atender àquele público específico e da melhor forma possível.

Existe uma situação em que os livros são cobrados, e algumas pessoas colocam isso como uma certa restrição em relação aos livros da Embrapa. Mas, de qualquer forma, eles são cobrados simplesmente para possibilitar a reimpressão desses livros, para que eles cheguem ao maior público possível. Agora, são cobrados em algumas partes, mas existem os programas sociais com financiamento público, como as minibibliotecas que já foram para, pelo menos, 300 Municípios do Brasil inteiro, que também levam esses livros, também levam essas publicações.

Se esse é o melhor meio para transferir tecnologia? Não, não é o melhor meio e também não é o único meio. Temos que entender que ele faz parte de um contexto, de parte de um processo para transferir tecnologia. Então, você tem as publicações, a capacitação, a parte de formação de técnicos; você tem as parcerias com extensão; você tem todo um processo de envolvimento por parte dos técnicos, para que realmente aquela tecnologia seja transferida, aplicada e se transforme numa inovação para a realidade daquele que aplica essa tecnologia.

Dentro desse contexto, as respostas seriam essas, Senador. Se alguém tiver mais alguma dúvida, eu fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF)
– Obrigado, Dr. Lúcio.

Passo a palavra ao Secretário Argileu.

O SR. ARGILEU MARTINS DA SILVA – Quero, Senador, cumprimentar aqui o Marcus Peixoto, consultor legislativo que tem um conhecimento profundo na área de assistência técnica e extensão rural. No ano retrasado, defendeu a tese de doutorado sobre esse tema. Ele é um estudioso do tema e tem nos ajudado no Ministério do Desenvolvimento Agrário com sua perspicácia em busca do conhecimento. Nossos cumprimentos aqui ao Marcus.

Primeiramente, Marcus, quero dizer que todo orçamento colocado à disposição da Secretaria da Agricultura Familiar é executado. Mas há uma pequena armadilha e vou citar dois exemplos clássicos, Senador. Em 2008, por conta do Grito da Terra, o Presidente Lula anunciou uma suplementação orçamentária de R\$200 milhões para a assistência técnica e extensão rural. O



projeto de lei foi para o Congresso, que aprovou. Houve a sansão, e o Ministério do Planejamento não deu limite para o empenho. Então, fica aquela situação como se houvesse o orçamento, mas a gente não pode utilizar. Aconteceu a mesma coisa no ano passado. Nós ficamos com projetos em demanda de R\$210 milhões, mas fomos impossibilitados de usar R\$68 milhões porque não havia liberação do limite no Siafi, pelo Ministério do Planejamento. A gente, quando analisa a execução orçamentária, tem que prestar atenção nessas coisas, porque parecendo que fica agora que todo orçamento colocado à disposição da Secretaria de Agricultura Familiar é 100% executado.

Finalmente, este ano, por exemplo, somente ontem recebemos a liberação dos nossos limites para empenho. Até então nós não tínhamos um real para empenhar nem para fazer um projeto, contratar algum serviço. Ontem, a Presidente anunciou a liberação do limite, só ontem o limite ficou disponível. Evidente que nossa equipe já está mobilizada para nos próximos 50, 60 dias, com certeza, 100% do limite liberado, vamos executar. Não há sobra orçamentária. Na verdade, a gente sabe, que o Governo tem que fazer isso por conta da política macroeconômica e ele vai restringindo, apesar do autógrafo orçamentário estar lá, mas ele vai restringindo o limite dentro do siaf para se poder empenhar.

Gostaria, Senador Rollemberg, de trazer dois ou três elementos importantes na resposta do Senador. Primeiro, é que nós, a partir de 2008, sob a égide do programa Mais Alimentos, iniciamos parceria muito forte com a Embrapa e com organizações estaduais de pesquisa para disponibilizar tecnologias existentes, não é para gerar ação de novas, e por isso criamos em 17 Estados brasileiros comitês onde têm assento Embrapa, organização estadual de pesquisa, representações de agricultores e representações de extensão rural. Isso já nos possibilitou fazer mais de mil ações de disponibilização de tecnologia no Brasil. São as tecnologias que têm a Embrapa e os pesquisadores não gostam, porque às vezes estão nas prateleiras, e eles não gostam que a gente use essa expressão, mas a gente está fazendo com que elas cheguem ao campo. Essa é uma ação feita pela Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, e que tem sido parceria muito inteligente e muito proveitosa, tanto do ponto de vista nosso quanto da Embrapa, quanto do ponto de vista dos agricultores.

E o que é mais importante é que esse comitê está funcionando como identificador de demandas por novos conhecimentos e, evidentemente, está nos possibilitando identificar tecnologias extraordinárias que ainda não estão em uso corrente no Brasil. Eu poderia exemplificar dizendo do inoculante de sementes que a Embrapa tem, que é tecnologia de custo baixíssimo, utilizado por um contingente, identificando-se a proporção, por muito poucos agricultores ainda. Ambientalmente, ela é muito boa porque economiza adubo químico: a bactéria faz o nitrogênio do ar ir para o solo, e é uma tecnologia que todos os



agricultores poderiam estar utilizando neste momento no Brasil até porque adubo nitrogenado tem sido, em alguns casos, um problema de custo, de ampliação de custo em nosso sistema de produção.

Por isso, entendemos que estamos trilhando um caminho e que esse caminho, com certeza, será aperfeiçoado, inclusive com a chegada do Lúcio Brunale ao Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa. É uma parceria, uma relação muito inteligente entre o sistema de pesquisa e o sistema de extensão rural.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço à participação do Dr. Argileu.

Não havendo mais nenhuma pergunta à Mesa, quero agradecer a presença do Dr. Argileu, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do Dr. José Guilherme, Presidente da Emater do Distrito Federal; Dr. Lucio Brunale, Chefe do Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa; Dr. Lúcio Valadão, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal; Leomar Cenci, Presidente da Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal (Coopa-DF); Dr. Paulo Salles, Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa no DF; a todos os produtores rurais, pesquisadores, técnicos da Emater que nos prestigiaram com a presença na tarde de hoje.

Convido a todos para que façamos uma visita às instalações da Agrobrasília.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas.)